

Política

—CONSTITUINTE—

DOMÉSTICAS: A VISO PRÉVIO E 13º.

Os dois benefícios foram garantidos em acordo do PT com o Centrão, na única emenda aprovada ontem em plenário.

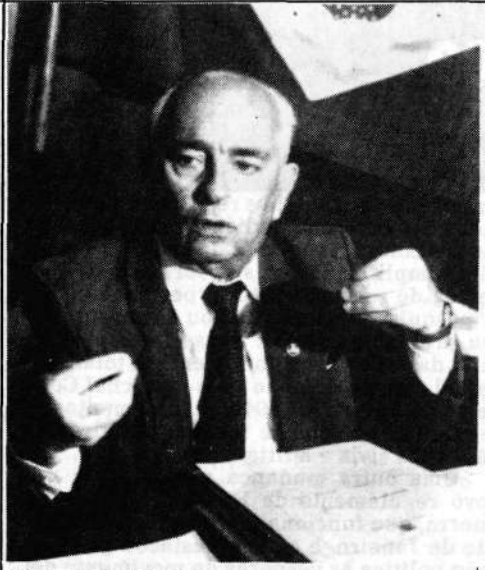
A Constituinte praticamente concluiu ontem à tarde a votação dos direitos trabalhistas, mostrando-se menos pródiga que na semana passada. Manteve o texto do Centrão em relação aos trabalhadores rurais (que terão a eles adequados o FGTS e a remuneração pelo trabalho noturno) e rejeitou várias outras emendas, inclusive uma que relaciona o salário mínimo aos subsídios parlamentares. Só foi aprovada uma emenda, a da deputada Benedita da Silva (PT-RJ), acrescentando os direitos de aviso prévio e de irredutibilidade de salário aos hoje já usufruídos pelos empregados domésticos. No início da noite, as esquadras retiraram-se do plenário para impedir que se iniciasse a votação da organização sindical, pois com quórum baixo em plenário (em torno de 360 constituintes) dificilmente conseguiriam os 280 votos necessários para a aprovação de qualquer emenda.

A votação começou com o parágrafo 4º (a ser numerado como 3º por ter sido suprimido o anterior), que trata dos direitos dos trabalhadores rurais. Havia um texto resultante de acordo feito entre o PMDB e o Centrão, enumerando vários incisos que deveriam ser posteriormente adaptados, por lei, às condições próprias do trabalho rural. Mas não alcançou os 280 votos. O resultado foi 253 votos sim, 94 não e quatro abstenções. Em seguida, o plenário rejeitou também, por 225 votos contra 126 e 12 abstenções, proposta do deputado Paulo Paim (PT-RS) propondo a supressão do texto, que foi, assim, mantido. Mas o líder do PMDB, Mário Covas, anunciou ter ficado acertado com o Centrão que na votação em segundo turno do projeto de Constituição se eliminará o dispositivo que condiciona a duração do trabalho (44 horas semanais) também à adaptação pela lei. Os trabalhadores rurais também terão direito às 44 horas semanais.

Por 243 votos contra 104 e 18 abstenções, foi a seguir rejeitada emenda do deputado Lysáneas Maciel (PDT-RJ), estabelecendo que o salário mínimo seria majorado toda vez que fossem aumentados os subsídios dos deputados federais e senadores. O líder do PTB, Gastone Righi (SP), que vinha sempre votando a favor da ampliação dos direitos trabalhistas, arrancou risos do plenário ao anunciar as razões pelas quais dessa vez ficava contra: "O PTB vota contra porque é a favor de que os deputados não ganhem nada e, por isso, a medida seria prejudicial aos trabalhadores".

Amury Muller (PDT-RS) defendeu emenda de sua autoria, segundo a qual os direitos sociais estabelecidos nessa Constituição não excluiriam os direitos já assegurados aos trabalhadores. O relator Bernar do Cabral entendeu ser desnecessária a emenda, porque a futura Constituição já garante os direitos adquiridos. A proposta foi rejeitada por 244 votos contra 116 e cinco abstenções.

O deputado Antônio Mariz (PMDB-PB) acabou retirando emenda que mandava as empresas reduzirem as diferenças entre os mais altos e os mais baixos salários. O senador Cid Sabóia de Carvalho (PMDB-CE) queria permitir que o trabalhador pudesse



Távora: sem provas



Ulysses: sessões só vespertinas.

Uma relação sofrida. Mais que a lei prevê.

A vida de patroa e empregada doméstica não vai mudar. É o que dizem as duas partes. As regras, as do mercado.

A constituinte não aprovou a lei que asseguraria às empregadas domésticas todos os mesmos direitos dos demais trabalhadores. Mas a vida da mineira Maria Ramos da Cruz não ia mesmo mudar se isso acontecesse. Aos 48 anos de idade, 10 prestando serviços em casas de família, ela não tem um tanto e pagar INPS. Se tiver algum trocado, prefiro juntar e botar na poupança.

É a aposentadoria? Maria não pensa nisso: "Ainda sou uma mulher forte não gosto de ficar parada". É por causa de pensamentos disse tipo que a diretora da Associação de Empregadas Domésticas de São Paulo, Macilda Aparicida, acha que a maior tarefa da associação — além de continuar brigando por essas conquistas que julga certas — é concientizar as colegas. "Elas não procuram seus direitos. Muitas, se conseguem uma casa para trabalhar, quarto, comida e um salarinho, já acham muito bom. Não pensam no futuro".

Se a lei fosse aprovada, os empregados domésticos teriam, além do 13º e das férias direito a salário-mínimo, irredutibilidade dos vencimentos, repouso semanal remunerado, aviso prévio, indenização e aposentadoria. A jornalista Lúcia Chuery, 33 anos, um filho pequeno, à vésperas de outro, considera que isso seria muito justo a categoria. Porém, como empregadora, sente-se lesada. "Sempre cumpro a minha parte mas como obrigá-las a cumprirem a delas? Reconheço os seus direitos mas como fazer valer os meus? Como controlar faltas e atrasos? E o aviso prévio, que ela não dá? Isso sem considerar os custos de uma empregada que, se mora no emprego, tem pensão completa: comida, água, luz, telefone. O trabalho doméstico tem muito valor e isso tem de ser reconhecido. Mas de meu lado, quero um serviço de qualidade, de acordo com o que estou pagando".

Macilda Aparicida, 42 anos de idade e 30 de profissão, diz que luta "com garra" pelo reconhecimento da profissão e dedica-se a tentar "colocar algo" na "cabeça de vento" das meninas. "O ano passado fomos três vezes a Brasília, mas eu nunca acreditei em lei de Constituinte", afirma, decepcionada.

Ela reconhece que, se já está difícil,



Macilda, 30 anos de profissão: descrente.

ficaria ainda pior para a classe média manter os serviços de uma doméstica caso a lei passasse. Acha, inclusive, que a jornalista Lúcia tem alguma razão. "Mas espere aí — reage — essa é a classe que mais trabalha e nunca teve direito algum. Se fica doente, a patroa manda embora e a pessoa, se veio de fora, é obrigada a voltar ou ficar jogada por aí. Trabalha como escrava, não tem hora para comer e dormir, aguenta desaforo. Verdade que muitas cismam que vão sair e saem do emprego. Mas também têm patroas que põem na rua da noite para o dia e não querem saber se elas têm para onde ir."

Por sua vez, Lúcia diz observar que hoje em dia as empregadas chegam, impõem um esquema de trabalho, salário e as outras condições e o empregador tem de submeter-se porque precisa. "De repente, resolvem pedir a conta e deixam a gente na mão. Esse é um problema sério. Elas têm o direito de ir embora mas não pode ser assim, na hora, e o patrão que se dane". Admite que a empregada residente no emprego é muito sacrificada, pois trabalha até mais tarde. "Eu me proporia a pagar adicional noturno, horas extras, tudo, desde que também tivesse meus direitos reconhecidos."

Oscilações

Para competir com a firma de limpeza onde Nita, sua empregada, trabalhava, a pedagoga Aparecida Barco Soler Huet, três filhos menores, teve de garantir que ela não perderia os benefícios que conquistara. Mas está convencida de que só está conseguindo segurá-la porque está há um ano em casa, trabalhando em sua tese. E assim

tem podido acompanhar as "oscilações emocionais" de Nita e os problemas que ela está enfrentando. "Prefiro isso do que ter de lavar roupa. Antigamente, depois de fazer faxina completa em casa, eu ia ao baile de salto alto. Mas hoje, fisicamente, não aguento mais tantas jornadas." Por isso, prefere dedicar-se à empregada, conversar com ela e ajudá-la a encontrar soluções. "Descobri que a gente tem de fazer um pouco de psicoterapia e de serviço social."

A educadora não acha que isso seja demagogia ou manipulação da empregada. "Não, nós de fato temos acesso a certos recursos que elas não têm. E temos, muitas vezes, condições de indicar caminhos e alternativas para uma série de problemas delas: um atendimento médico, um advogado, um empréstimo que pode ser pequeno para nós, porém crucial para elas."

Para a pedagoga Aparecida, o encargo novo que a lei traria seria a indenização. Os outros ela já tem. "Mas com empregada doméstica — pondera — não dá para ser tim-tim por tim-tim; essa não é uma mera relação econômica." Por isso, embora ache que devam haver normas que a disciplinem, a relação só subsistirá se existir solidariedade entre as duas partes. "E isso é muito mais do que tratam as leis de trabalho. Se for quantificar tudo que se dá de um lado e de outro, cria-se um clima de mesquinha e tensão tal que nenhum dos dois ganha."

Aparecida compara o trabalho de uma doméstica ao de um profissional liberal. "Como não são tarefas de apertar botão, elas só saem se a pessoa estiver comprometida." E nessa lógica, não basta pagar bem a empregada. Precisa muito mais. "Você tem uma pessoa com quem dividir responsabilidades e isso tem de ser valorizado. Ela dá um atendimento individualizado, adapta-se ao jeito daquela família, coisa que máquina nenhuma faz. Em troca dessa flexibilidade, tem a expectativa de encontrar um patrão que a trate como gente, valorize o seu trabalho na casa, evite as manifestações de preconceito e também lhe abra portas para recursos sociais e informações aos quais ela não tem acesso."

Rosa Bastos

optar entre reintegração ao serviço e indenização. Mas sua emenda foi rejeitada por 213 votos contra 147 e quatro abstenções, tendo alguns constituintes observado que o assunto, segundo o acordo feito entre o PMDB e o Centrão, será regulamentado em Lei, como já ficou aprovado ao se votar a garantia da relação de emprego.

Domésticos

A única emenda aprovada, por 361 votos contra três e seis abstenções, foi a da deputada Benedita da Silva (PT-RJ), que negociou com o Centrão, abrindo mão de alguns direitos a mais que queria conferir aos empregados domésticos, entre os quais a licença à gestante. O acordo resultou na aprovação do texto da Comissão de Sistematização. Os empregados domésticos ficam com direito a salário mínimo, a irredutibilidade de salários, ao 13º salário, ao repouso semanal remunerado, a férias, a aviso prévio, e à aposentadoria. De novo, aviso prévio, irredutibilidade e 13º salário.

Quando se colocou em votação a emenda resultante de acordo para o parágrafo 9º (a ser numerado como 8º), relativo à seguridade social do produtor rural, do garimpeiro e do pescador artesanal, grande parte do PMDB e as esquerdas se retiraram do plenário, porque a seguir começaria a ser votada a questão da organização sindical — e eles querem votar com maior número em plenário.

A seguridade social para o produtor rural, os garimpeiros e os pescadores artesanais deve ser votado hoje. Já há acordo em torno de um texto que inclui os garimpeiros e estabelece a forma de cálculo da contribuição.

A seguir, entrará em votação a organização sindical. O Centrão e a Comissão de Sistematização optaram pela unicidade sindical, mas há emendas permitindo que sejam criados mais de um sindicato para a mesma categoria profissional e na mesma área e até em empresas. Entra aí também a questão do imposto sindical.

Depois, vem outra questão polêmica: o direito de greve, que a Comissão de Sistematização propõe que seja livre, e o Centrão quer que seja regulamentado em lei, ficando limitado quando se tratar de atividades essenciais e inadiáveis à comunidade.

Aprovado

Eis como ficaram os dispositivos da futura Constituição depois das votações:

(Art. 7º):

Parágrafo 3º — Os direitos sociais dos trabalhadores rurais, previstos nos incisos II, IX e XII serão disciplinados em lei, que se adaptará às peculiaridades de sua atividade.

Parágrafo 4º — São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os XIV, XVI, XVIII e XXI deste artigo, bem como a integração à Previdência Social.



Covas: responsabilidade.

A CUT ameaça perseguir Covas. Ele não se intimida.

"Eu tenho uma responsabilidade muito pesada com meus sete milhões e oitocentos mil eleitores. Vou honrar essa responsabilidade, independentemente do julgamento da CUT." Essa foi a reação do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, ao tomar conhecimento de que seu nome seria incluído no cartaz de traidor da Central Única dos Trabalhadores, por ter votado o acordo com o Centrão sobre a estabilidade no emprego na semana passada.

No ABC, o presidente da regional estadual da CUT, Jorge Coelho, confirmou que o retrato de Covas não escapará de ser publicado no cartaz "traidores do povo". "O Covas dançou", disse Coelho, alegando que o senador tirou o princípio elementar do trabalhador, que é a garantia de emprego. "Um princípio que não pode ser negociado politicamente".

Para o dirigente sindical, o senador negociou a estabilidade em função de vantagens políticas: "Ele conseguiu realinhar o setor descontente do PMDB para aticar sua candidatura a governador do Estado e a do Ulysses Guimarães à Presidência da República".

Os cartazes, que ainda não começaram a ser impressos, mas já estão em fase de preparação, serão encartados na cartilha e no jornal que a CUT estadual prepara para os seus filiados, dando um balanço dos resultados da Constituinte referente aos direitos do trabalhador.

Já Mário Covas não comentou o mérito da denúncia da CUT. "O que tenho que fazer eu faço. Não importa o que pensa a CUT."

O líder do PT na Constituinte, deputado Luís Inácio Lula da Silva, disse ignorar se o Covas vai ou não aparecer nos novos cartazes. "Fiquei sabendo apenas que, daqui para a frente, serão relacionados os nomes dos constituintes que votarem contra os interesses dos trabalhadores." O deputado petista José Genofino Neto disse que é contra a inclusão dos números de telefone e da expressão "procura-se" nos cartazes: "Isso tira o efeito positivo do cartaz".

O PIANISTA

Encontraram o suspeito: Edison Lobão, que jura inocência.

A comissão que investiga a identidade da pessoa que votou duas vezes em nome do deputado Sarney Filho (PFL-MA) na sessão da Constituinte do dia 9 de fevereiro não conseguiu até agora nenhum resultado prático. Mas o líder do PDT, Brandão Monteiro, responsável pela denúncia da fraude, acrescentou um fato novo: com base em uma foto enviada pela **Folha de São Paulo** à comissão de sindicância, Brandão Monteiro acusa o senador Edison Lobão (PFL-MA) de ser o "pianista" tão procurado.

Na foto tirada no momento da segunda votação onde houve a fraude o "pianista" aparece de costas, tendo ao seu lado direito o deputado Ângelo Magalhães (PFL-BA) e do esquerdo o deputado José Teixeira (PFL-MA), estes dois identificados pelo maquiagem do serviço de processamento de dados. Brandão Monteiro afirmou que bastava a comissão ampliar a foto e pedir a realização de uma perícia para que descobrisse o nome do responsável pela fraude: "Penso que se houver interesse de ir além nas investigações, vamos chegar ao nome do senador Edison Lobão".

O senador Virgílio Távora (PDS-CE), presidente da comissão de sindicância, disse que Edison Lobão não será chamado porque não existe provas reais contra ele: "Me recuso a lançar um nome de um colega

indo atrás de boatos e suposições, quando não há provas".

Alguns deputados ouvidos pela comissão disseram não se lembrar de quem estava no local de onde surgiu a fraude. Ângelo Magalhães justificou-se citando a rotatividade de constituintes no momento da votação. Já o deputado Afif Domingos, comentou: "Se não lembro no que votel, muito menos posso lembrar de quem estava, eventualmente, ao meu lado".

Lobão nega

"Nego, terminantemente, ter tomado parte nesse caso. Cabe à comissão de sindicância apurar a ocorrência e sobre ela se manifestar". Assim o vice-líder do PFL e um dos fundadores do Centrão, senador Edison Lobão, reagiu às suspeitas de haver votado em lugar do deputado Sarney Filho.

Várias vezes indagado sobre as suspeitas, respondeu praticamente a mesma coisa: "Este assunto foi entregue a uma comissão de alto nível, que, a meu ver, é quem pode falar".

Lobão admite suas ligações com o deputado Sarney Filho ("sou muito amigo dele") e diferenças com o líder do PDT, Brandão Monteiro, nascido no Maranhão: "Tive um atrito na CPI da reforma agrária, de que fui presidente. Ele não fala comigo desde aquele tempo".

Reeleição: os prefeitos vão à luta.

Os prefeitos paulistas começaram a semana em clima de expectativa. Aguardam para qualquer instante comunicação de Brasília sobre a discussão e votação do artigo 16 do projeto da nova Constituição, que trata da reeleição para cargos Executivos e da ineligibilidade de parentes próximos do presidente da República, dos governadores de Estado e dos prefeitos municipais. "Aqui em São Paulo estamos com uma estrutura montada para, num prazo de duas horas, todos os 571 prefeitos estarem informados sobre datas, horários e providências preliminares", disse Oswaldo Casonato, prefeito de Dois Córregos presidente da Associação dos Prefeitos do Estado de São Paulo.

A Apesp e a Associação Paulista de Municípios defendem o direito de reeleição para os atuais prefeitos e a elegibilidade dos seus parentes, considerando "uma verdadeira cassação de direitos políticos"

a proibição de candidaturas de filhos, irmãos, pais e outros parentes dos atuais ocupantes de cargos executivos. "Existe grande número de deputados e senadores que já defendem nossa posição e, se fosse hoje, tenho a certeza de que nossas teses seriam vencedoras no plenário da Constituinte; na bancada paulista, por exemplo, mais de 70% dos constituintes estão favoráveis à reeleição", disse Casonato.

Assim que estiver marcada a data da votação daqueles dispositivos constitucionais — anteriormente prevista para o final desta semana — os prefeitos irão em revoadas para Brasília com o objetivo de acompanhar a votação. Antes deverão participar de reunião em São Paulo para traçar prioridades de mobilização. Segundo Casonato, nos outros Estados existe mobilização idêntica, o que permite prever a presença de mais de dois mil prefeitos que ocuparão todas as dependências do Congresso.

Os empresários fazem as contas. E recusam o pacote social.

As folhas de pagamento podem aumentar até 40%

O "pacote" social e trabalhista aprovado pela Constituinte definitivamente não agradou os empresários. Eles acham, em coro, que a maioria das questões aprovadas (redução da jornada de trabalho, horas extras etc.) já vinha sendo acertada livremente entre capital e trabalho nos acordos coletivos. "Foi uma iniciativa totalmente populista de quem não tem o mínimo conhecimento da realidade brasileira", disse Roberto Della Manna, coordenador do Grupo 14 e diretor do Departamento Sindical (Desin) da Fiesp.

"Fiquei pasmado, porque ninguém levou em consideração os vários Brasis, onde um pode cumprir uma coisa e outro não. Deixaram as regionalidades de fora", comentou Feres Abugjara, diretor-adjunto do Decon (Departamento de Economia) da Fiesp.

Walter Sacca (diretor do Decon) e Ruy Altenfelder, coordenador para Assuntos Legislativos da CNI (Confederação Nacional da Indústria), alertaram: os empresários vão estudar item por item e continuar a esclarecer os constituintes do que é ou não viável para a indústria, antes da votação final.

Altenfelder revelou que esse estudo já está sendo feito aceleradamente e poderá ser apresentado ainda esta semana. O objetivo é mostrar como alguns itens são inviáveis na prática, outros oferecem interpretações confusas e outros não condizem com a realidade econômica do Brasil e financeira das empresas. Os resultados desse estudo serão apresentados à imprensa e aos constituintes, como "subsídio", afirmaram Sacca e Altenfelder. Este observou que os 120 dias para gestantes, por exemplo, representarão um custo adicional para as empresas, que acabarão sendo absorvidos de duas maneiras: ou sendo repassados para os custos (e portanto para o consumidor final) ou para o Sistema Previdenciário, como já ocorre.

Walter Sacca acrescentou que ontem, durante reunião da diretoria da Fiesp, alguns dados relativos ao aumento de custos para as empresas (gerados por esse "pacote social e sindical") foram apresentados aos empresários. Exemplos: o aumento de 30% sobre as férias custará 2,6% a mais nas folhas de pagamento. A redução da jornada de trabalho (já absorvida nesse nível por várias empresas) de 48 para 44 horas semanais representa um acréscimo de 7% na

folha e o pior problema ficou para as empresas com turnos ininterruptos (afetam muito a indústria de base, aço, química etc.). É que a Constituinte instituiu, nesses casos, os turnos máximos de 6 horas, salvo decisão em contrário ou acertada nos dissídios coletivos.

Assim, segundo Sacca, a empresa hoje com 3 turnos de 8 horas (para uma semana já de 44 horas) terá que instituir mais um turno de 6 horas. No entanto, se prevalecer entendimento da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) da irredutibilidade de vencimentos — ou seja, que se tenha que pagar as 8 horas, por um turno de 6 — isso representará um acréscimo de 33% na folha de pagamento e uma elevação de 12% no preço final do produto. A prevalecer o turno contínuo de 6 horas, Walter Sacca entende o seguinte: que como a maioria do pessoal que trabalha em turnos é horista (ganham por hora trabalhada) terá que contar apenas o turno de 6 horas, ou 36 horas (e não 44) semanais. "Caso contrário, estaremos instituindo a semana de 36 horas a custo de 44", observou Sacca.

Além disso, ele também — como Altenfelder e Roberto Della Manna, salientaram que a Constituição deveria se ater apenas a linhas gerais, já que o direito à prática da negociação coletiva tem regulamentado a maior parte desses direitos. "Achamos que tudo isso deve ser matéria para as convenções coletivas de trabalho como ocorre nos países de capitalismo moderno", concluiu.

Mas o presidente nacional do PT e deputado Luís Inácio Lula da Silva retrucou que não há motivo para o empresariado achar que a economia vai parar com os direitos trabalhistas aprovados na semana passada, porque as conquistas foram muito pequenas em vista do que se esperava.

Para o deputado, a grande derrota dos trabalhadores foi a aprovação da indenização compensatória no lugar da estabilidade de emprego. Lula afirmou que foi aprovado apenas um princípio de estabilidade, que termina quando começa a indenização. O PT reivindicava 100% sobre as horas extras, o que também não foi aprovado. O deputado considera a conquista de 50% insatisfatória. Sobre a jornada semanal, o Partido dos Trabalhadores lutava por 40 horas. Ao invés disso, o Congresso aprovou 44 horas semanais — o que significa 23 dias de trabalho a menos num ano, quando o PT queria 50 dias a menos.



Della Manna e Sacca: é o fim da negociação coletiva.